



A pressão continua

Os coordenadores do Sindjus entregaram, na manhã de hoje (13/7), uma carta (veja em nosso site) e um par de sandálias Havaianas a cada membro da CFT durante a última reunião da comissão antes do recesso. "Trabalhe pela aprovação do PL 6613/09 para descansar tranquilo" era a frase escrita sob a cor branca da sandália.

Cansado de tantas medidas protelatórias e diante da chegada do recesso parlamentar (que vai de 17 de julho a 1º de agosto), o sindicato cobrou ações e resultados da comissão criada no início de junho para negociar a aprovação do PL 6613/2009 junto ao Judiciário e ao Legislativo.

Na carta, o sindicato derruba, com argumentos da própria comissão e julgados do STF, o discurso de que nosso projeto não pode ser votado por não possuir adequação orçamentária.

Surpreendendo os deputados, o Sindjus expôs um levantamento que mostra que desde o dia primeiro de janeiro de 2009 foram aprovadas quatro proposições, que versam sobre aumento de despesas com pessoal e encargos sociais, sem que elas contassem com prévia inclusão da autorização do Anexo V e de dotação de despesas das LOA's correspondentes.

Além desse levantamento, os coordenadores levaram ao conhecimento dos parlamentares as decisões do STF, que tem decidido que a falta de autorização orçamentária torna inexistível a lei no mesmo exercício que editada, mas não nos subseqüentes. As decisões ADIMC 1243-MT – 1995; ADIMC 1428-SC – 1996; ADIMC 1585-DF – 1998; e ADIMC 3599-SC – 2007 viabilizam a aprovação do PL 6613/09.

Diante da pressão, bastante fundamentada, realizada pelo Sindjus, o presidente Cláudio Puty, que vem prometendo uma série de coisas nos últimos tempos, anunciou que ia procurar o STF e tentar concretizar uma reunião com o Ministério do Planejamento. O parlamentar, mais uma vez discursou tentando agradar os presentes.



Deputados recebem Havaianas contendo carta e prometem empenho

Um dos mais empolgados ao receber as Havaianas foi o deputado João Dado (PDT/SP). "Gostei da idéia. Também sou sindicalista do serviço público e acompanho o pleito do Judiciário. Entendo que o fortalecimento do Estado passa pelo fortalecimento do servidor público", destacou. João Dado afirmou que votará a favor do PL 6613/09 na comissão e Plenário.

Outro deputado da CFT que recebeu as sandálias foi o deputado Pedro Eugênio (PT/PE). Ele disse apoiar o pleito do Judiciário, mas considera essencial que antes haja previsão orçamentária. "Eu não conheço o impacto financeiro dessa proposta, mas entendo que é preciso construir uma relação com o Executivo. O pleito é importante e merece apoio no sentido de se criar condições orçamentárias".

Já o deputado Domingos Dutra (PT/MA), que não é integrante da CFT, mas sim da Comissão de Direitos Humanos, disse que votará a favor do projeto tão logo ele seja incluído na pauta do Plenário da Casa. "É preciso colocar o acesso à Justiça como indicador de qualidade de vida. Vários municípios do país não têm sede do Judiciário. Os servidores precisam de remuneração digna, com estrutura e material, para atender as demandas do povo", disse Dutra.

Outros deputados também receberam as sandálias do Sindjus, como José Humberto (PHS/MG), Assis Carvalho (PT/PI), Rui Costa (PT/BA), Júlio Cesar (DEM/PI), André Vargas (PT/PR) e o vice-líder do governo no Congresso, Gilmar Machado (PT/MG), que também integra a Comissão Mista de Orçamento.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Coordenação Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF – Sindjus informa que nos dias 16 e 17 de agosto será realizada a eleição para o Conselho de Delegados Sindicais de Base. A votação ocorrerá na sede do Sindjus e em todos os locais de trabalho do Poder Judiciário e do MPU onde haja sindicalizado, obedecendo ao horário de expediente de cada local. Podem se candidatar todos os que tenham se sindicalizado até o dia 16 de maio de 2011; estar em pleno gozo dos direitos sociais; em dia com a tesouraria do Sindjus e; não ter sofrido qualquer punição prevista no estatuto. Para votar, é preciso ter se filiado até o dia 18 de junho; estar em pleno gozo dos direitos sociais; em dia com a tesouraria do Sindjus e; não ter sofrido qualquer punição prevista no estatuto. A secretaria do Sindjus estará aberta para a votação no horário de 9h a 18h. A comissão eleitoral coletará os votos dos associados em dia e hora predeterminados, podendo designar representante para a coleta de votos em locais por ela determinados. Os aposentados filiados votarão na sede do sindicato.

Diretores visitam fóruns

Os coordenadores do Sindjus, Sheila Tinoco e Cleo Vieira, começaram a visitar os fóruns das cidades para discutirem formas de garantir a aprovação do PL 6613/09 e esclarecer dúvidas dos servidores. O primeiro local foi o fórum de Brazlândia, no dia 07. Em seguida, a diretora visitou no dia 11 o Fórum do Paranoá e, no dia seguinte, o de Samambaia. O fórum Verde recebeu a visita no dia 13.

"Ouvimos todas as críticas dos servidores, sabemos que num processo como esse muitas coisas podem ser melhoradas. Também há muita dúvida que estamos esclarecendo. Muita mentira que foi espalhada e só o contato cara a cara pode repor a verdade", disse Sheila Tinoco.

"O principal motivo pelo qual convidei os diretores do Sindjus para conversar com os servidores de Brazlândia foi porque que a greve ganhou um número considerável de adesões e durante os piquetes muitos me questionavam sobre o movimento e o andamento das negociações. Entendi então, que o Sindjus poderia cumprir com este objetivo de passar os informes e sanar as dúvidas existentes. Acho que este trabalho de conversar com os servidores em cada local de trabalho tem um papel importante: resgatar a confiança. Acredito ainda que para sairmos vitoriosos devemos procurar uma forte interlocução no Judiciário para vencermos as barreiras que nos foram impostas", explica Ivanildo de Sousa.

"Depois de tantos dias de greve ficou claro que o sindicato não é só a diretoria. Conquistar esse PCS é responsabilidade de todos. Se digo que o sindicato está errado, eu estou errada. Porque eu sou o sindicato, o colega é, todos somos", reforça a servidora do fórum de Brazlândia, Priscila Cândida da Costa Hack.

O auditório estava lotado, pois os servidores queriam tirar suas dúvidas sobre o processo de andamento da aprovação do projeto de lei 6613 no Congresso Nacional. "Suspenderemos a greve, mas é fundamental manter e ampliar a mobilização dos servidores para o inicio de agosto, onde começaremos com a realização de um ato na Comissão de Finanças e Tributação, no dia 3. Além de acompanhar os trabalhos da comissão criada na última quarta-feira, na CFT, também iremos pressionar o Judiciário para garantir a inclusão da previsão orçamentária do projeto 6613 na LOA", ressalta a diretora do Sindjus Sheila Tinoco.

"A reunião foi muito boa porque a diretoria do Sindjus nos passou as informações oficiais. O recesso não nos impede de realizarmos nossas

atividades, afinal estamos em estado de greve, em alerta. Para que o movimento continue e possamos ganhar mais adesões, acho necessária a realização de atividades e encontros onde possamos discutir o plano de cargos e salários de modo que os servidores se mantenham cientes de suas obrigações", reforça o servidor do fórum de Brazlândia, Armando Lopes Esbaltar.

Veja abaixo os principais pontos discutidos pelos servidores:

Declaração de Puty sobre a falta de previsão orçamentária – o deputado Cláudio Puty, que foi escolhido pelo governo como presidente da comissão justamente para segurar projetos que o governo não queria ver aprovados, criou uma comissão de negociação com vistas a ganhar mais tempo e não colocar em votação o parecer de Policarpo, feito a partir das decisões da categoria. Puty disse que estaria fazendo isso por não querer que o relatório do Policarpo fosse rejeitado. Por quê? Ele não afirma que o relatório está inadequado? Então por que o medo de colocar em votação? Seria simples, com a rejeição ele nomearia outro relator. Porém, fez show dizendo que estava ao lado dos servidores.

Declaração de Puty sobre a mudança no mé-

rito do projeto – o deputado assessorado pelos consultores da Câmara que defendem que tanto o reajuste pela GAJ (emenda Policarpo) quanto o subsídio (emenda Reginaldo Lopes) são emendas de mérito, portanto, não podem ser objeto de apreciação daquela comissão. Se esse é o problema por que o deputado Puty não vota o 6613 em sua versão original?

Suspensão da greve – a categoria iniciou uma greve com a intenção de promover a negociação, com a instituição da comissão de negociação com prazo para a solução do impasse datado; com o recesso parlamentar que impediria qualquer avanço; com o refluxo do movimento observado nos últimos dias, a assembleia, estrategicamente, decidiu suspender o movimento grevista até agosto.

Convocação de assembleia – a greve requer um estado especial de assembleia permanente, para que as decisões possam ser tomadas de forma rápida e com quem realmente está participando do movimento. Esta assembleia não é geral, mas, dos servidores que estão em greve. Seria impensável realizar uma assembleia para deliberar sobre a suspensão da greve com toda a categoria. É natural que decida sobre a continuidade ou não, somente quem está participando da greve.

REGIMENTO PARA A ELEIÇÃO DE DELEGADOS SINDICAIS

Art. 1º – A coordenação das eleições para o Conselho de Delegados Sindicais de Base será realizada pela Diretoria Colegiada do Sindjus, bem como os atos delas decorrentes, como a proclamação e posse dos eleitos.

Art. 2º – A inscrição dos candidatos a delegados sindicais ocorrerá do dia 15 de julho a 10 de agosto, por meio do preenchimento de formulário próprio, que será previamente colocado à disposição dos interessados.

Art. 3º – É eleitor todo filiado que, na data da eleição, tiver: a) mais de 60 (sessenta) dias de inscrição no quadro social; b) quitado as mensalidades até 30 (trinta) dias antes da eleições; c) estiver no gozo dos direitos sociais conferidos neste estatuto.

Art. 4º – Poderá ser candidato o filiado que, na data da realização da eleição, tiver mais de 3 (três) meses de inscrição no quadro social do sindicato.

Art. 5º – Inscritos os candidatos, serão divulgadas as respectivas candidaturas de 12 a 15 de agosto, e as eleições no local de trabalho serão realizadas nos dias 16 e 17 de agosto. Os sindicalizados terão direito de eleger os Delegados Sindicais de Base, em seus respectivos locais de trabalho, dentre os filiados em exercício de suas funções no Judiciário e no MPU, na proporção de 1% (um por cento) do número de filiados do local de trabalho, assegurando-se

um representante para qualquer local de trabalho com número inferior a 1% (um por cento) dos filiados, desde que haja no mínimo 10 (dez) filiados.

Parágrafo único – Os aposentados sindicalizados terão direito de eleger os seus Delegados representantes na proporção de 1% (um por cento) do número de filiados aposentados.

Art. 6º – A eleição para compor o Conselho de Delegados Sindicais de Base se dará nos locais de trabalho, por voto direto e secreto, submetendo-se os nomes dos candidatos à votação em cédula única entre os associados aptos a votar, que deverão optar por um único candidato.

Parágrafo único – A eleição dos Delegados representantes dos aposentados se dará na sede do Sindicato.

Art. 7º – Apurados os votos, será proclamado o resultado e providenciada a posse dos Delegados Sindicais de Base pela Diretoria Colegiada do Sindjus.

Art. 8º – Os Delegados de Base gozarão das prerrogativas legais de estabilidade, inamovibilidade e livre trânsito nas dependências do Fórum ou Unidade Administrativa onde for eleito.

Art. 9º – Os casos omissos neste Regimento e no Estatuto do Sindjus serão apreciados pela Diretoria Colegiada.